



prefeitura de
PORTO ALEGRE

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPARÊNCIA E CONTROLADORIA
COMISSÃO MISTA DE REAVALIAÇÃO DE INFORMAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO
PÚBLICA MUNICIPAL - DTP/SMTC
DECISÃO ADMINISTRATIVA

Decisão nº 43 / 2021 CMRI

Porto Alegre, 06 de julho de 2021.

Recurso nº 003482-21-94; 003483-21-42; 003485-21-57; 003486-21-05; 003487-21-63

Recorrente: Sigiloso

Órgão Requerido: Secretaria Municipal de Educação - SMED

Relator: Gabinete do Prefeito - GP

1. Relatório

1.1 Resumo do pedido original

Trata-se de cinco solicitações à SMED, relativas ao material intitulado "Estratégia para a abertura das escolas municipais em 2021", sendo que, todos os pedidos foram apresentados inicialmente na data de 09/02/2021.

Tem-se que, em tais solicitações, o solicitante, ora requerente, pede, de acordo com o recurso, o seguinte: "Que a SMED informe que levantamentos realizou junto aos estudantes das escolas da sua rede para afirmar categoricamente que há graves lacunas de aprendizagem; Que seja informado os dados epidemiológicos relativos a Porto Alegre que estão sendo utilizados pela SMED para tomar a decisão pela reabertura das escolas; Que seja informado em que momento, de sua carga de trabalho, e de que forma, os professores farão o referido acompanhamento e retorno das atividades realizadas; Que seja informado de quem será a responsabilidade por fiscalizar o cumprimento das diretrizes estabelecidas quanto ao serviço de nutrição e quanto ao serviço de limpeza; Que seja informado o que de fato a SMED significa por aprimorar a conectividade nas escolas e especifique quantos *chromebooks* já foram distribuídos e quantos ainda faltam serem distribuídos.

1.2 Razões do órgão/entidade requerida

Em todas as solicitações, a SMED afirmou que não poderia atender os pedidos, alegando que não serão atendidos os pedidos de acesso à informação que exijam trabalhos adicionais de análise, fruto do art. 8º - B, inciso III, do Decreto 52.505/2015.

1.3 Razões do recorrente

No recurso à CMRI, o requerente alega que não lhe foram fornecidas as informações e que os questionamentos efetuados não foram devidamente respondidos, com a alegação de que o Decreto elencado é estadual e os pedidos foram feitos à SMED. Admite, outrossim, que existe um Decreto Municipal (19.990/2018), que trata do tema e que guarda similitude com o aludido Decreto Estadual, entretanto, assevera que, nos dois, a questão para o não atendimento da informação figura no fato que "não seja competência do órgão ou entidade", o que, não é o caso dos pedidos. Ainda, requer que a CMRI analise eventuais responsabilidades quanto ao aparente retardo deliberado em fornecer as informações requisitadas.

2. Análise de admissibilidade do recurso

O recurso foi interposto dentro do prazo legal e o requerente é parte legítima para tal.

3. Análise do mérito

Em que pese a SMED ter afirmado que não poderia atender aos pedidos, pelas razões já aqui expostas, em realidade, acabou atendendo, e bem, pois, verificando os documentos 13897826 e 13847368, ver-se-á que todos os pedidos foram devidamente atendidos.

Destarte, fazendo-se a subsunção deste fato, com a interpretação da norma legal, no sentido de que, em realidade, esta refere-se a questão da competência fundamentalmente, esta relatoria entende que procede o recurso interposto quanto a este fato.

No que diz respeito a eventuais responsabilidades que devam ser apuradas por retardo deliberado em não fornecer as informações requisitadas, esta relatoria entende que tal pedido não procede, posto que o que houve foi meramente uma interpretação da norma legal por parte da SMED, não caracterizando assim, tentativa de retardo deliberado.

4. Decisão

A Comissão Mista de Reavaliação de Informações, por unanimidade dos presentes, decide por dar provimento aos recursos, na forma da análise do mérito e por conseguinte, disponibilizar as informações ao ora recorrente.

5. Providências

À Secretaria-Executiva da CMRI para cientificar o recorrente, da presente Decisão.

De acordo:

Secretaria Municipal de Transparência e Controladoria – **SMTC**

Secretaria Municipal de Administração e Patrimônio – **SMAP**
Diretoria-Geral de Gestão de Pessoas

Secretaria Municipal de Administração e Patrimônio – **SMAP**
Divisão de Gestão Documental

Secretaria Municipal de Governança Local e Coordenação Política - **SMGOV**

Recursos CMRI nº 003482-21-94; 003483-21-42; 003485-21-57; 003486-21-05; 003487-21-63



Documento assinado eletronicamente por **Camila Lacerda Couto, Técnico Responsável**, em 06/07/2021, às 14:43, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Vinicius Andrade da Silveira, Servidor Público**, em 06/07/2021, às 14:43, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Gustavo Garcia Brock, Técnico Responsável**, em 06/07/2021, às 14:43, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Luig Almeida Mota, Servidor Público**, em 06/07/2021, às 14:43, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Marco Antônio Trisch Mendonça, Servidor Público**, em 06/07/2021, às 14:43, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Heleno Baptista Franken, Técnico Responsável**, em 06/07/2021, às 14:43, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Dario da Silva Oliveira Junior, Servidor Público**, em 06/07/2021, às 14:43, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Rita de Cássia Reda Eloy, Técnico Responsável**, em 06/07/2021, às 14:43, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Decio Schwelm Vidal, Servidor Público**, em 06/07/2021, às 14:56, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.procempa.com.br/autenticidade/seipmpa> informando o código verificador **14701437** e o código CRC **19B5EAB0**.